

VALE DO JEQUITINHONHA: MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Jequitinhonha Valley: temporary migrations and overexploitation of the workforce

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de¹

MOREIRA, Renata Couto²

RESUMO

Os estudos apresentados neste artigo se fundamentam na crítica marxista à economia política e têm a Teoria Marxista da Dependência (TMD) como base teórica para a análise das particularidades do capitalismo dependente. Temos por objetivo discutir a atualidade da relação entre a mobilidade do trabalho e a superexploração da força de trabalho. Abordamos a migração temporária de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para o trabalho no setor sucroalcooleiro, demonstrando a intrínseca relação entre sua condição de migrantes e o aprofundamento da superexploração de sua força de trabalho. Para esses trabalhadores, a superexploração apresenta facetas perversas, que vão da extensão e intensificação das jornadas de trabalho à dominação cada vez mais direta de suas vidas. Para tanto, tendo em vista a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro, apresentamos o movimento histórico da relação terra e trabalho na região e sua relação com os chamados processos de modernização do país, que culmina na permanente expulsão desses trabalhadores da região; apresentamos também a dinâmica do agronegócio no setor sucroalcooleiro para expor os mecanismos de acentuação da extração da mais-valia, que culminam numa maior superexploração, degradação e na acentuação da miséria objetiva e subjetiva dos trabalhadores migrantes.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha. Migração temporária. Superexploração.

ABSTRACT

The studies presented in this article are rooted in the Marxist tradition of critique of political economy and have the Marxist Theory of Dependence (TMD) as a theoretical basis for the analysis of the particularities of dependent capitalism. We aim to discuss the current relationship between labor mobility and overexploitation of the labor force. We approached the temporary migration of workers from the Jequitinhonha Valley to work in the sugar and alcohol sector, demonstrating the intrinsic relation between their status as migrants and the deepening of the overexploitation of their workforce, presenting perverse facets, going beyond the extension and intensification of the Work and also through the increasingly direct domination of their lives. In view of the dynamics of Brazilian dependent capitalism, we present the historical movement of land and labor relations in the region and its relation with the so-called modernization processes of the country, which culminates in the permanent expulsion of these workers from the region; We also present the agribusiness dynamics in the sugar and alcohol industry to expose the mechanisms of accentuation of the extraction of surplus value, which culminate in a greater overexploitation, degradation and accentuation of the objective and subjective misery of migrant workers.

Keywords: Jequitinhonha Valley. Temporary migration. Overexploitation.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduada em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Membro dos grupos de pesquisa: Futuro Presente (UFVJM) e Veias Abertas (IELA/UFSC). E-mail: <crisabino1@hotmail.com>.

² Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta do Departamento de Economia da UFES. Membro do Coletivo Anatólia de Melo (UFES). E-mail: <renatamendoim@gmail.com>.

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo colocamos em discussão a relação entre a mobilidade do trabalho, através da migração temporária, e a superexploração da força de trabalho do Vale do Jequitinhonha (MG) pelo setor sucroalcooleiro, uma das grandes pontas do agronegócio³ brasileiro. Este trabalho parte da crítica marxiana da economia política e também da perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁴ para analisar as particularidades do capitalismo dependente brasileiro. Para compreender a realidade dos trabalhadores migrantes do Jequitinhonha é necessário ampliar o campo de análise para a totalidade das relações sociais que determinam o subdesenvolvimento daquela região e impõem a migração a esses trabalhadores. Em síntese, é necessário considerar a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro e o movimento histórico da relação terra e trabalho que se desenrola nesta dinâmica, em particular, sob os chamados processos de modernização ou “desenvolvimentismo” do país, que sempre deram primazia à continuidade de processos de espoliação da terra e de superexploração da força de trabalho mantendo a desigualdade extrema na apropriação das terras e dos recursos produtivos no país e impondo à classe trabalhadora a violência e a miséria como relações “normais” e necessárias ao processo de acumulação do capital e à manutenção dos privilégios das classes dominantes. São, portanto, as relações contraditórias inerentes ao processo de acumulação do capital e suas particularidades no capitalismo dependente que explicitam os elementos expostos neste trabalho.

Antes de entrarmos na discussão geral, convém elucidar, de maneira introdutória, dois elementos: primeiro alguns aspectos da formação social e histórica do Vale do Jequitinhonha e, em seguida, a perspectiva na qual se insere o debate do desenvolvimento/subdesenvolvimento e a concepção de superexploração da força de trabalho.

O Vale do Jequitinhonha está localizado a nordeste do estado de Minas Gerais e é composto por 55 municípios, divididos em três micro-regiões (Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha). Sua faixa territorial é de 53.572 Km² e possui uma população de aproximadamente 737.516 pessoas, segundo o IBGE (2010). Destas, 36,38% estão no campo, 16,85% vivem em situação de extrema pobreza e 29,87% são beneficiárias do Programa Bolsa Família. A agricultura familiar tem grande expressão

³ Guilherme Delgado chama a atenção para o uso do termo agronegócio, pois o uso corrente do mesmo, no seu sentido técnico, como resultado do processo de modernização da agricultura não explicita os processos por detrás da mesma, que é o do capital financeiro na agricultura. Assim, Delgado (2006) propõe uma leitura alternativa do mesmo, que dê conta de explicitar que se trata de uma “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob o patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado. Essa associação persegue estrategicamente a captura do lucro multisetorial (medido pelo produto do agronegócio) e da renda fundiária capitalizada, que é ligada a um efeito riqueza, típico do arranjo fundiário nacional, não captado pelo autodenominado Produto do Agronegócio.”

⁴ Trata-se das formulações teóricas advindas da chamada Escola da Dependência, da qual faziam parte Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio Dos Santos, dentre outros, os quais trazem a análise do subdesenvolvimento e do desenvolvimento latinoamericano considerando o desenvolvimento desigual do capitalismo e as relações imperialistas em voga, de modo a demonstrar que desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces da mesma moeda e que, a partir das relações desiguais, a dependência da América Latina é estrutural, trazem, portanto, uma perspectiva diferente daquelas hegemônicas na década de 1960 – protagonizada pelos intelectuais aglutinados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Inácio Rangel e Celso Furtado, e pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que traziam as interpretações do marxismo e era hegemônico no campo da esquerda.

na região, somando 42.947 estabelecimentos; há ainda 674 pescadores registrados, 30 comunidades quilombolas reconhecidas e cerca 1.110 famílias assentadas.⁵

Atualmente, a economia da região é baseada na agropecuária e possui as seguintes características produtivas no campo: 1) produção familiar de alimentos, pouco capitalizada e com baixa utilização de insumos ou equipamentos modernos; 2) pecuária extensiva relativamente expressiva, principalmente nas grandes fazendas do Baixo Jequitinhonha; 3) monocultivo de eucalipto, com vistas à produção de carvão para as regiões produtoras de *commodities* minerais para a exportação – o que ocupa expressiva quantidade de terras e praticamente não gera emprego e renda para a população; 4) extração mineral, principalmente de grafita e granitos, também articulada à produção de *commodities*, com a utilização de tecnologia de ponta e, em grande parte, dominada pelo capital estrangeiro (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010; CARDOSO, 2015). A relação entre essas formas de produção é demarcada, na atualidade, pela pressão crescente exercida pelos setores dominados pelo capital financeiro e pelos grandes proprietários de terra sobre os camponeses, relação esta que escancara a questão agrária e é permeada por conflitos na disputa pela terra.

A história do Vale do Jequitinhonha é marcada pela espoliação da terra e exploração do trabalho desde sua colonização, no século XVIII, centrada na extração de ouro e de pedras preciosas, principalmente no Alto Jequitinhonha. A região teve, até meados do século XIX, além da extração mineral, que se esgotava, uma economia agrícola e pecuária significativa (algodão e gado), ambas voltadas a outras regiões da Colônia e até para o mercado externo, além da agricultura de subsistência. As últimas décadas do século XIX foram marcadas por uma ampla decadência dessa economia e pela expansão da ocupação territorial para o Médio e, posteriormente, para o Baixo Jequitinhonha, o que fez surgir formas particulares de campesinato, através dos posseiros (sertanejos, quilombolas, ribeirinhos, etc.), na ocupação das terras devolutas, e do uso costumeiro delas na produção para a subsistência. O campesinato coexiste com a imponência das grandes fazendas centradas nas relações coronelistas de mando e compadrio que comandam na região a continuidade da produção agropecuária com baixa tecnologia, mas responsável pelo atendimento de um mercado regional até a década de 1970, quando a região passou a ser definida e inserida de forma programática nos planos da chamada *modernização nacional* (SOUZA, 2010; SILVA, 1999).

Essa modernização, comandada pela ditadura civil-militar, sob o jugo do imperialismo estadunidense, marcou, a partir de meados da década de 1960, a expansão do capitalismo monopolista no território brasileiro, à custa da dívida pública nacional e do aprofundamento da dependência, como salienta Florestan Fernandes (2006). O avanço da modernização sobre o campo determinou um enorme processo de expropriação de terras em todo o país e sua apropriação pelo capital privado nacional e internacional. Para a região do Jequitinhonha, em oposição à ideia do moderno,

⁵ Informações disponíveis no Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), selecionadas e somadas para este texto pela autora. Adotamos aqui também a divisão regional realizada pelo MDA, a partir dos Territórios da Cidadania. Há outros tantos recortes, dada a imprecisão da delimitação territorial da região. Para Souza (2010, p.13), essa imprecisão deve-se ao fato de que “o Vale tem recortes variados, cujas fronteiras se situam nos diversos limites estabelecidos por agências, governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, institucionalizadas ou não. Não havendo delimitação precisa do território, o Vale é aquilo que recortam os agentes que lá atuam”. Assim, cada pesquisador deve explicitar qual é o seu recorte.

criou-se o ideário de “Vale da pobreza”, cujo atraso e miséria necessitavam, a partir de tal ideia, ser superados pelo desenvolvimento. Nesse sentido, foi conduzida, pelo Estado, a reorganização regional, via Projetos de Desenvolvimento.⁶ Esses projetos, parte do processo nacional de expansão das fronteiras agrícolas, tiveram no Jequitinhonha o objetivo de transformar as terras devolutas – mas não desocupadas – em grandes áreas de reflorestamento, o que resultou tanto na implantação dos *desertos verdes* de eucalipto como na reestruturação das grandes fazendas, que passaram a ser comandadas, principalmente, por grandes corporações, a exemplo da Arcelor Mittal e da Acesita. Esse processo resultou na expulsão de trabalhadores agregados, na expropriação e violência sobre posseiros e pequenos proprietários de terra e na destruição dos *usos e costumes* já consagrados sobre as terras de chapada – devolutas. Significou também o dismantelamento das relações e das condições de trabalho e a transformação de parte expressiva dos camponeses em boias frias, dando origem a intenso fluxo de migrações definitivas e temporárias (SILVA, 1999; MOURA, 1988). É a partir desse processo que se criam para os trabalhadores da região condições de trabalho cada vez piores, tanto dentro da região – em que a expropriação e expulsão de trabalhadores mantém aberta e latente a questão agrária e os conflitos pela terra – como fora dela, principalmente no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo e outros, que é o setor que mais emprega os trabalhadores migrantes da região.

Para compreendermos a essência dos processos que determinam as condições de reprodução dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha, é necessário apreender essa realidade a partir de seus determinantes históricos inseridos na totalidade contraditória das relações capitalistas. A partir das elaborações de Ernest Mandel (1985) compreendemos que o desenvolvimento desigual e combinado bloqueia qualquer homogeneidade nas relações sociais contraditórias entre capital e trabalho. Segundo ele:

O relacionamento entre essas regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no interior dos Estados capitalistas industrializados guarda mais do que uma semelhança formal com a relação entre países imperialistas e os subdesenvolvidos, pois sua função econômica é a mesma em ambos os casos. [...] O papel desempenhado pelas regiões agrícolas subdesenvolvidas nos países industrializados como reserva de força de trabalho desempregada ou subempregada representa uma das funções mais importantes dessas regiões, porque garante a secular conservação do exército industrial de reserva [...]. As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as “colônias externas”, funcionam dessa maneira como **fontes de superlucros** (MANDEL, 1985, p.61- grifos do autor).

No Vale do Jequitinhonha, as contradições do desenvolvimento capitalista dependente escancaram – no ideário do desenvolvimento – o subdesenvolvimento, um processo que conforma um estigma sobre a região como a face do atraso, do arcaico e da miséria. No entanto, tal realidade só se explicita, em sua essência, a partir da compreensão da região em suas relações com a produção e apropriação de riquezas dentro e fora dela. É nessa interlocução que se revelam os elementos históricos que levaram uma das regiões produtoras de grandes riquezas, em ouro e pedras preciosas, até o início do século XIX, a se transformar numa região cuja importância

⁶ Para maior entendimento de tais processos, consultar Servilha (2015)

econômica para o país é considerada irrisória, apesar da contínua exploração e espoliação de suas riquezas humanas e naturais (SOUZA, 2010; CARDOSO, 2015).

Para explicitar o nosso entendimento sobre a categoria superexploração, apontamos que ela é apreendida a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), nos termos de Ruy Mauro Marini (2011). Para este autor, a superexploração da força de trabalho se conforma como a característica *sui generis* do capitalismo dependente, resultado do movimento particular da lei geral da acumulação capitalista nos países dependentes, os quais, inseridos num processo de troca desigual na divisão internacional do trabalho,

[...] não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 146).

A superexploração, além de significar mais exploração, desde o nascimento do trabalho assalariado no capitalismo dependente, define também a particularidade da transferência de valor do Sul para o Norte como elemento fundante das relações internacionais, necessariamente desiguais, como processo retroalimentar do capital. A superexploração da força de trabalho tem como mecanismos de apropriação do mais valor: a “intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2011, p.149).

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2011, p.150).

Para além das explicações econômicas sobre a tese de que a superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência, Marini (2011) aponta também a necessidade de transcender os aspectos econômicos e buscar elementos políticos e sociológicos para explicitar a superexploração. Tal entendimento se amplia quando analisamos a dinâmica das relações sociais na América Latina, onde a desigualdade – econômica, social, política e cultural – aprofunda cada vez mais o abismo entre as classes sociais, e as classes dominantes mantêm o equilíbrio de suas relações externas, à custa da manutenção da superexploração da força de trabalho. Exemplo disso é o processo de trabalho no setor sucroalcooleiro, como veremos adiante, em que a superexploração se realiza conjuntamente com a articulação de formas brutais de opressão e dominação do trabalhador, cuja vida passa a ser determinada pelo *ciclo da cana* e, muitas vezes, é inserido em condições de trabalho análogas à escravidão.

Além desta introdução e da conclusão, este trabalho se estrutura em outros dois pontos: no tópico 2, abordaremos as determinações da questão agrária na região a partir da década de 1970, de modo a explicitar a relação entre terra e trabalho e suas

configurações na realidade do Vale frente à dinâmica geral da chamada modernização brasileira, as quais confluem para a imposição da migração temporária aos trabalhadores rurais da região. No tópico 3, abordaremos o histórico do setor sucroalcooleiro no Brasil de modo a dar um panorama geral e atual do mesmo e, a partir daí, explicitar a relação entre a migração temporária para o corte de cana e o estabelecimento de uma condição de maior superexploração da força de trabalho impelida a migrar. E, por fim, apresentaremos os aspectos mais atuais do emprego nesse setor, que combina, acentuadamente, tecnologia e intensificação do trabalho para garantir maior extração de mais-valia, tornando a inserção da força de trabalho mais seletiva e opressiva.

2. APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA E EXPULSÃO DOS TRABALHADORES NO VALE DO JEQUITINHONHA

A inserção do Vale do Jequitinhonha numa política de Estado atrelada aos interesses do capitalismo monopolista, principalmente a partir de meados da década de 1960, acentuou as contradições do desenvolvimento capitalista dependente sobre a região e impôs aos trabalhadores do campo uma nova dinâmica de organização do trabalho, pautada diretamente pelas relações capitalistas ou subordinada a elas, permitindo ao grande capital monopolista a apropriação da mais-valia produzida pelo trabalho na região. Este é um marco do acirramento da questão agrária e da luta de classes na região e encarna uma realidade histórica que impõe aos trabalhadores as mais precárias condições de reprodução, as quais são ainda mais violentas à parcela expressiva destes trabalhadores que vive no campo (CARDOSO, 2015).

Na dinâmica do desenvolvimento dependente, a expansão capitalista correspondeu para o Jequitinhonha ao avanço na monopolização de terras e na produção destrutiva, centrada no extrativismo vegetal e mineral, constituídos sobre a violenta expulsão dos trabalhadores de suas terras ou à sua compressão em glebas cada vez menores. O cerco capitalista das terras e a omissão do Estado quanto aos impactos sobre os trabalhadores – omissão entendida como *ação e intenção* (MARTINS, 1980) – projetaram aos trabalhadores rurais a realidade “dividida” entre a reprodução camponesa e o trabalho assalariado nos grandes centros da agricultura capitalista, mediado pela migração temporária. As migrações temporárias forçadas na região são, portanto, resultantes por um lado, do monopólio privado da terra pelo capital monopolista espoliador e, por outro, da necessidade de sobrevivência enquanto família camponesa, o que os obriga à venda da força de trabalho em outras regiões (MARTINS 1986; SILVA, 1999; RAMALHO, 2014).

Através do Estatuto da Terra (Lei federal nº 4.504 de 1964) e da Lei estadual Nº 4.278/1966, conhecida como *RuralMinas*, facilitou-se o acesso dos grandes capitais à terra, em detrimento do usufruto de milhares de trabalhadores camponeses que a ocupavam anteriormente. Esse processo, sob a escusa da modernização no campo, acirrou os conflitos relativos à questão agrária e acentuou ainda mais as desigualdades de acesso à terra (MENDONÇA, 2010; SILVA, 1999). De acordo com Silva (1999), o Estatuto da Terra significou, em nível nacional, uma resposta às necessidades burguesas de regulação da propriedade e usufruto das terras consideradas devolutas.

O Estatuto foi um dos primeiros atos do governo militar após o golpe de 1964, uma reação aos fortes movimentos dos trabalhadores rurais da época e suas reivindicações pela reforma agrária. A RuralMinas, criada pelo estado de Minas Gerais, mudou a concepção de domínio de terras devolutas no estado, de modo que o usucapião, que antes garantia a posse de terras devolutas deixou de se aplicar. Somente a compra das terras daria legitimidade à sua posse e propriedade. Grande parte das terras consideradas devolutas era ocupada, há várias décadas, por famílias camponesas e estas foram obrigadas a se submeter à lógica da transformação da terra em mercadoria e, em sua maioria, foram obrigadas a interromper o uso costumeiro das terras, perdendo assim suas condições de reprodução social enquanto camponeses ou as tendo de forma muito reduzida (MOURA, 1988).

No Vale do Jequitinhonha, as chamadas “terras de chapada” eram largamente utilizadas pelos camponeses como extensão das terras de cultivo, para a pecuária e o extrativismo. A maioria desses camponeses não tinha a mínima condição de pagar os altos preços cobrados pelo título de propriedade que Estado passou a exigir. Muitos trabalhadores camponeses foram expulsos, num processo em que a violência esteve abertamente presente pela ação de grileiros, mas, em grande parte, foi velada pela intervenção do Estado. No lugar dos camponeses posseiros, as grandes empresas privadas e companhias estatais se instalaram nessas terras com o objetivo de “torná-las produtivas”, com o subsídio legal e financeiro do Estado (MOURA, 1988; SILVA, 1999). Para Silva (1999), esse processo revela que:

[...] as leis produzidas, baseadas nos princípios do mercado, compra e venda, foram imprescindíveis ao mascaramento do processo de violência e, nesse sentido, elas pareciam ser justas, já que a tomada das terras não se fez abertamente por meio da grilagem e dos pistoleiros, métodos utilizados em outras partes do país. Ao contrário, tudo foi feito, seguindo o “documento”, dentro da lei e da ordem, logo, por meio da legitimidade, da “armadura jurídica e ideológica” (SILVA, 1999, p. 59).

A intervenção do Estado pró-desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha deu-se com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE em 1964, com discurso de superação das desigualdades regionais e de inclusão do Jequitinhonha num processo de desenvolvimento⁷ que, na verdade, significou a expropriação dos camponeses de suas terras e a entrega das mesmas ao grande capital (MOURA, 1988; SILVA, 1999).

Os processos de expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha e do Estado de São Paulo ocorridos, sobretudo, a partir da década de 1960, tiveram a mesma origem: modernização da agricultura implantada no país, sobretudo, pelos governos militares. Contudo, no Vale, a expropriação visou à terra e à sua transformação em propriedade capitalista (SILVA, 1999, p. 76).

A intervenção do Estado ocultou um processo de violência no qual uma grande leva de camponeses perdeu a posse das terras, dos meios de trabalho e de reprodução, os vínculos comunitários e a própria identidade camponesa. Foram obrigados a assumir um novo modo de vida totalmente subordinado à lógica da “modernização” em curso no país. De forma paulatina, foram transformados em população sobrando,

⁷ Para uma leitura mais recente sobre este processo ver: Servilha (2015)

em desempregados, em peões-do-trecho, em andarilhos. Além disso, engrossaram o exército industrial de reserva, somando-se à oferta de mão de obra excedente nas cidades, reforçando o mecanismo central de rebaixamento dos salários pelo capital. Tal transformação denota um processo brutal que, de acordo com Silva (1999, p.72), “mesmo não se verificando a violência aberta, outros tipos fizeram-se sentir por meio da lei, ou mesmo pela violência simbólica”.

Para Leite (2010), o processo da expropriação camponesa deve ser entendido para além da sua expulsão da terra. Parte dos camponeses que conseguiu, de algum modo, garantir a posse da terra que ocupava, foi expropriada das condições de reprodução e sobrevivência a partir do trabalho apenas na própria terra, uma vez que, ao perder a extensão costumeira do uso das chapadas, suas terras foram reduzidas e/ou cercadas pelas grandes florestas de eucalipto implantadas na região. Nesse sentido, a expropriação deve ser considerada também nos seus aspectos simbólicos, culturais e tradicionais, que foram violados à medida que grande parte dos camponeses teve que se inserir na nova categoria de trabalhadores chamados de boias frias para garantir a própria reprodução familiar camponesa.

A migração temporária⁸ é uma das expressões da reconfiguração do capital na região e representa a conformação de uma nova relação com a terra e com o trabalho. A expansão do extrativismo data da década de 1970, contexto em que as condições da reprodução familiar camponesa, que já enfrentavam a pauperização, se tornam insustentáveis dentro da região para grande parte dos trabalhadores. De acordo com Ramalho (2014), a partir desse período, mais de 30% da força de trabalho ativa no campo na região, particularmente os mais jovens, passaram a migrar temporariamente, todos os anos, para o trabalho no corte de cana.

A condição de migrante, inerente à perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado no Vale, é a mediação entre a possibilidade de manutenção do camponês no campo e a venda da força de trabalho em busca de assalariamento em outros territórios. É, também, uma mediação que permite ao capitalista uma maior apropriação sobre o resultado do trabalho familiar camponês, mantendo níveis extremos de superexploração dessa força de trabalho (SILVA, 1999; MARTINS, 1986).

Para Martins (1986), o cerco capitalista obriga os camponeses do Jequitinhonha a se inserirem como assalariados em processos produtivos agrícolas em outras regiões do país onde a grande produção agrícola capitalista se estabelece. No ciclo de produção da grande lavoura capitalista, se define o período no qual esses trabalhadores devem migrar em busca de trabalho assalariado, ainda que, para isso, os migrantes temporários tenham que deixar para trás, na sua região de origem, a produção agrícola, o trabalho geral na unidade camponesa e a subsistência familiar

⁸A migração temporária, abordada neste trabalho como meio encontrado pelos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para garantirem a sobrevivência própria e de suas famílias, deve ser entendida como resultante das transformações do capitalismo no campo brasileiro, que força os trabalhadores a uma mobilidade definitiva ou temporária em busca de trabalho. Para Martins (1973), historicamente, as mudanças e a reorganização da produção no campo brasileiro imbricam alterações na organização do processo de trabalho e, conseqüentemente, da força de trabalho. Desse modo, a migração temporária, como uma forma particular de mobilidade do trabalho, se apresenta como a medição de um movimento que tende ao desenraizamento definitivo do camponês e sua subordinação direta às relações do grande capital. Para Silva (1999), as migrações temporárias se tornam permanentes, à medida que o processo que as impulsiona – avanço do capital sobre as condições de reprodução camponesa – está em contínuo crescimento. O que explicita seu movimento é a própria mobilidade permanente do camponês migrante que, no entanto, não se move socialmente no sentido de se integrar completamente a um novo espaço.

nas costas das mulheres e dos filhos menores. Por outro lado, ao ter parte da subsistência própria e da família ancorada na produção familiar (trabalho da mulher e dos filhos) este trabalhador fica à disposição do capitalista sem que este tenha que dispensar todo o capital necessário à reprodução de sua força de trabalho (MARTINS, 1986; SILVA, 1999). “É verdade que o salário recia, no operário, o camponês; que por sua vez recia o operário” (MARTINS, 1986, p.53).

Entre a expropriação de parte das condições de reprodução e o desenraizamento completo, os trabalhadores do Vale do Jequitinhonha são obrigados a tocar sua vida de acordo com o ciclo da grande produção agrícola, são como “*As andorinhas. Nem cá. Nem lá*”. Esta metáfora, utilizada por Silva (2013), foi dita por uma trabalhadora migrante temporária, que expressa por essa linguagem a sua história de vida e a de muitos outros trabalhadores e trabalhadoras. História esta permeada pelo sofrimento tanto dos que vão, quanto dos que ficam. É a história da perda da identidade camponesa, da tradição e da relação com a terra; a história das *viúvas de marido vivo*, dos órfãos temporários, da degradação do trabalhador que tem sua saúde e seu tempo de vida reduzidos pelo pesado trabalho na cana de açúcar. Mas é também a história da resistência aos desmandos do capital que submete seres humanos a condições de vida desumanas. É a história daqueles que, mesmo oprimidos e superexplorados, encontram caminhos de luta contra a dominação burguesa, na esperança de um dia permanecerem no “seu lugar” (MOURA, 1988; SILVA, 1999).

Muitas mudanças ocorreram no processo de migração temporária no Vale do Jequitinhonha ao longo do tempo, no entanto, há um traço que persiste e se agudiza: a dificuldade dos trabalhadores em sobreviverem e se realizarem com o fruto de seu trabalho na região. Situação que, na aurora do Século XXI, se soma à crescente incerteza destes trabalhadores em relação à possibilidade de emprego e renda advindos do trabalho agrícola em outras regiões dadas as modificações na própria estrutura produtiva centrada no agronegócio. O corte de cana, nos canaviais paulistas, principal destino destes trabalhadores desde a década de 1970, passou por uma ampla reestruturação produtiva desde então, incorporando cada vez mais tecnologia e absorvendo cada vez menos força de trabalho viva. Ao mesmo tempo, se acentua a superexploração da força de trabalho incorporada, particularmente a dos migrantes temporários, que são os mais frágeis na luta pelo excedente econômico, dadas as mais perversas estratégias criadas pelo capital e estabelecidas na compra de sua força de trabalho, conforme apontam Silva (2007) e Guanais (2016).

Também se ampliam as dificuldades para sobreviverem no Vale enquanto camponeses, frente ao crescente acirramento da questão agrária na região, impulsionado pela dominação do capital financeiro sobre as terras e a espoliação dos recursos naturais, que impacta diretamente na reprodução camponesa, forçando cada vez mais a migração temporária e definitiva desses trabalhadores (CARDOSO, 2015).

Diante do cenário que se abre aos trabalhadores rurais da região, na contemporaneidade, coloca-se como imperativa a discussão de como se apresentam atualmente os processos que marcam a vida dos mesmos desde a década de 1970 – a migração temporária e a agudização da superexploração dessa força de trabalho. Assim, a síntese abaixo busca explicitar as configurações atuais desses elementos, de modo a elucidar a complexa realidade desses trabalhadores

migrantes temporários e os mecanismos do capital para a extração da mais valia, que no setor sucroalcooleiro, nos marcos da atual fase agronegócio, perpassa não apenas pela superexploração, mas pela acentuação da subordinação e opressão desses trabalhadores de forma cada vez mais direta.

3. MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O CORTE DE CANA: OS CAMINHOS DA SUPEREXPLORAÇÃO

De forma breve, demarcaremos abaixo, metodologicamente, três períodos centrais do setor sucroalcooleiro no Brasil, como mediação para a discussão específica do trabalho nos canaviais. Apesar da histórica presença do cultivo de cana de açúcar no país desde a colonização, focaremos no período posterior à década de 1970, que é quando o setor sucroalcooleiro se estabelece de forma vinculada à uma política de Estado, principalmente a partir da criação do Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool), em 1975, e a inserção massiva de processos industriais no setor, frente à crise mundial do petróleo.

1) De 1975 a 1986, sob a ditadura militar e os impulsos ao chamado “milagre econômico”, a produção do setor modifica de forma profunda as antigas relações de trabalho estabelecidas nas antigas fazendas canavieiras, particularmente no Nordeste, com a expulsão de parceiros, agregados e moradores das terras e a contratação dos mesmos trabalhadores de forma temporária, de acordo com as safras. No Estado de São Paulo, onde o setor mais se expandiu, a desagregação das relações de trabalho nas antigas fazendas que foram ocupadas pela cana fez surgir parte da mão de obra necessária, outra parte foi suprida por trabalhadores migrantes de outras regiões, particularmente da região Nordeste e do estado de Minas Gerais. Esse período é demarcado por uma ampla inserção dos trabalhadores migrantes no processo produtivo canavieiro, incluindo seu emprego informal e o emprego de mulheres e crianças. Muitos migrantes ficaram definitivamente na região canavieira de São Paulo e se integraram à socialização forjada pelo trabalho nos canaviais e pela ocupação das periferias das cidades, principalmente aqueles que migravam com toda a família. Outros tantos fizeram, ao longo dos anos, o caminho de volta após os períodos de safra, *dividindo* a vida entre o camponês e o boia fria. O fim deste período é marcado por reivindicações trabalhistas, com destaque para a Greve de Guariba,⁹ ocorrida em maio de 1984, que é um marco histórico da luta dos trabalhadores contra as condições desumanas de trabalho a que são submetidos (SILVA, 1999; ALVES, 1991).

2) Pós-1986 a 2003, com a desaceleração e crise do Pró-álcool, dada a queda na demanda, devida à baixa no preço do petróleo, é marcado, principalmente na década

⁹ “Em maio de 1984, na pequena cidade de Guariba, estalou uma greve de 10 mil boias-frias. Era um movimento espontâneo, resultado de um sentimento de revolta contra mais uma medida espoliadora dos proprietários das usinas. A medida mudava o sistema de corte da cana para facilitar para as carregadeiras, mas exigia trabalho mais exaustivo dos cortadores de cana, violando ainda mais seus direitos. A greve se estendeu a outros canaviais, até mesmo de Goiás, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Em Guariba, 5 mil trabalhadores enfrentaram a tropa de choque da PM, com um saldo de um trabalhador morto e 19 feridos, 14 deles à bala. Como sequer tinham um sindicato, eles foram atendidos pela Federação dos Trabalhadores Agrícolas de São Paulo (Fetaesp)”. Fonte: Portal Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>. Acesso em 03 de janeiro de 2018)

de 1990, por mudanças substanciais. A égide de uma política neoliberal e privatista fez diminuir os investimentos públicos no setor e afrouxar os mecanismos de regulação do mercado, abrindo a concorrência e liberando os preços. A reestruturação produtiva significou uma reorganização do setor sob a barganha do capital financeiro, com a aplicação do conhecimento técnico e científico à produção, a racionalidade na gestão e a tendência à produção mais intensiva. A mecanização correspondeu à substituição de parcela expressiva do trabalho vivo, por um lado, e a intensificação da superexploração da força de trabalho empregada, por outro. De acordo com Silva (2006), entre 1990 e 2000, a produtividade média exigida dos trabalhadores passa de 5 a 8 toneladas para 8 a 9 toneladas por dia. O resultado das mudanças a partir da reestruturação produtiva foi a maior impulsão à degradação do trabalho e à corrosão dos direitos conquistados com as reivindicações do período anterior, diminuindo o poder de barganha dos sindicatos e aumentando o controle das usinas sobre a vida dos trabalhadores, dentro e fora das usinas (SILVA, 2006; 2012; ALVES, 1991; 1998).

3) Este período se inicia a partir de 2003, sob a égide do que se chamou de neodesenvolvimentismo, impulsionado por uma nova alta nos preços internacionais do petróleo e pelas pressões internacionais por combustíveis renováveis, o que fez aumentar a demanda mundial por etanol. Através da política econômica do Estado brasileiro, vinculada aos interesses do capital financeiro no agronegócio, os projetos de substituição de combustíveis fósseis foram reativados, particularmente após 2006, com a introdução da tecnologia *flex* na produção dos veículos (DELGADO, 2012). O Etanol tornou-se uma nova *commodity* e, de acordo com o Anuário Estatístico da Agroenergia, do MAPA (2010), as exportações saltaram de 39 mil metros cúbicos em 1990, para 227 mil metros cúbicos em 2000, 2.321 mil metros cúbicos em 2004 e 5.124 mil metros cúbicos em 2008. A área plantada de cana de açúcar para produção de açúcar e etanol no Brasil se expandiu amplamente desde o primeiro período referido até a atualidade, passando de 1,90 milhões de hectares, em 1975, para 3,95 milhões de hectares, em 1986, 5,38 milhões de hectares, em 2003, e 9,67 milhões de hectares, em 2009. Sendo que, a partir de 2003, sua produção se ampliou para outros Estados que, tradicionalmente, não eram produtores de cana de açúcar, como Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esta expansão se dá a partir de uma reorganização fundiária que projeta cada vez mais o capital financeiro sobre a terra em detrimento da reprodução camponesa e da produção de gêneros alimentícios (OLIVEIRA, 2008).

Neste terceiro período, ou seja, na atualidade, acentua-se a reestruturação produtiva do período anterior, centrando-se na racionalização da produção, no incremento tecnológico etc., acirrando a pressão sobre os trabalhadores para aumentarem sua produtividade, sob a ameaça constante da perda do emprego. De acordo com Silva (2006), já nos primeiros anos desse período, a produtividade média do cortador de cana nos canaviais paulistas alcançou a média de 12 a 15 toneladas diárias. O que marca o atual período do setor sucroalcooleiro no Brasil é a hegemonia do capital financeiro, que movimenta contratos na Bolsa de Nova York, impulsionando os mecanismos de aumento da produtividade do trabalho, que, apesar da aparente modernização, apoia-se nas formas mais brutais de extração do valor via intensificação do trabalho, extensão das jornadas e dominação social, política e ideológica dos trabalhadores (GUANAIS, 2016).

Na contemporaneidade, o setor sucroalcooleiro brasileiro apresenta-se como um dos mais modernos do mundo, alcançando o topo do ranking da produção mundial, no entanto, é unânime entre os pesquisadores críticos a constatação de que é a mão de obra barata e o monopólio sobre as terras que dão este lugar ao setor. A superexploração se constitui a base do processo produtivo, que forja a aparente modernidade com a incrementação tecnológica em alguns setores e a manutenção, em outros – particularmente na colheita, de formas arcaicas e brutais de extração de excedente. Este processo é um reflexo de como se dá a reprodução ampliada do capital nos países dependentes, cuja composição orgânica do capital é inferior à dos países dominantes no mercado mundial, no entanto, os diversos mecanismos de rebaixamento do valor da força de trabalho fazem com que o agronegócio brasileiro concorra mundialmente como um setor moderno, compensando suas perdas na troca desigual no mercado mundial com a superexploração da força de trabalho, conforme já salientamos a partir de Marini (2011).

Segundo Martins (2002), resulta da superexploração da força de trabalho um processo de reequilíbrio fictício das condições médias de produção, historicamente desiguais, condenando os trabalhadores a situações miseráveis de reprodução da vida.

Alguns processos característicos do desenvolvimento capitalista recente no Brasil estão relacionados com esta dimensão da realidade. José Graziano da Silva demonstrou num de seus estudos, que o aparecimento do chamado “boia fria” (no Sudeste e no Sul) ou “clandestino” (no nordeste canavieiro) está diretamente relacionado com a modernização incompleta do processo de produção. Há momentos desse processo, que, por motivos técnicos, permanecem desproporcionalmente dependentes de trabalho humano e de formas atrasadas de utilização da força de trabalho. O uso da força de trabalho fica desproporcionalmente concentrado em momentos específicos do processo de produção, como a colheita do café ou do corte da cana. [...] Ao mesmo tempo, o trabalho é intensamente substituído em outros momentos do processo de produção por máquinas e equipamentos modernos, conhecimento técnico e científico, defensivos, herbicidas, etc. Enfim, o trabalho é substituído por meios poupadores de trabalho.[...] Surgiu o emprego sazonal e precário, isto é, na verdade, o desemprego sazonal, as migrações temporárias, os traficantes de mão-de-obra e todos os problemas sociais decorrentes (MARTINS, 2002, p.157-158).

Os elementos aprofundadores da superexploração dos trabalhadores migrantes no setor sucroalcooleiro

O processo de trabalho nos canaviais brasileiros representa, historicamente, um dos mais perversos para os trabalhadores, cujas capacidades físicas, psíquicas e sociais para o trabalho são corroídas em poucos anos de trabalho, apresentando formas análogas as do trabalho escravo (SILVA, 1999). Para demonstrar os elementos aprofundadores da superexploração dos trabalhadores migrantes no setor sucroalcooleiro, destacamos aqueles abordados nas pesquisas de Silva (1999; 2006; 2012), Alves (1991; 2006), Guanais (2010; 2016), a partir das quais explicitaremos brevemente as características gerais das relações de trabalho e dos trabalhadores nas usinas canavieiras, particularmente dos migrantes temporários, de modo a demonstrar os mecanismos que aprofundam a superexploração e determinam uma dominação cada vez mais direta da vida desses trabalhadores pelo capital.

A) Expropriação – perda das condições de reprodução enquanto camponês; B) Negação da identidade social camponesa e de trabalhador rural e construção negativa da identidade de boia fria, o *outro*, o *de fora*; C) É o trabalhador que, *desespecializado* para outros processos de trabalho devido a sua socialização enquanto trabalhador rural, preparado para o duro trabalho no campo, com pouca ou nenhuma escolarização, aparece como o trabalhador perfeito para a brutalidade do trabalho no canavial; D) Salário por peça: por tarefa, por produção ou por empreitada – impulsiona a concorrência entre os trabalhadores, o aumento da intensidade e da produtividade do trabalho sob a ilusão de que se ganha mais e é menos controlado, o que na verdade significa um aumento da produção de valor e sua apropriação pelo capital via superexploração da força de trabalho; E) Prêmios e gratificações aos *bons* trabalhadores: levam a níveis extremos de intensificação do trabalho, violando as pausas para descanso e refeições, os limites da jornada de trabalho, impõe a constante hora extra, o trabalho sob condições climáticas desfavoráveis – chuva, frio -, levam ao esgotamento físico e psíquico, que configura uma brutal degradação humana, nestas condições muitos trabalhadores morrem por exaustão. F) Mediação dos contratos por empreiteiros (“gatos”), o que não só enfraquece ainda mais as relações de trabalho, como aumenta a extração do mais-trabalho, que deve também remunerar o “gato”. G) Submissão à organização disciplinária do trabalho e da organização social através da criação de diferenciações étnico-raciais e de gênero, e entre o *bom* e *mau* trabalhador, pelas quais predominam o controle, a dominação e a construção de um trabalhador padronizado. Tal diferenciação incide, diretamente, nas formas de pagamentos dos salários entre homens e mulheres, trabalhadores fixos e trabalhadores volantes, etc... H) Controle sobre as ações dos trabalhadores dentro e fora do processo de trabalho: tal controle impossibilita a resistência dos trabalhadores às brutais condições de trabalho, sob a pena de terem negado o seu direito de trabalhar por até três anos. Os mecanismos conhecidos como *gancho* e *lista negra* marcam o processo de dominação e controle ideológico exercido sobre os trabalhadores, excluindo aqueles que reclamam direitos, se organizam politicamente e fazem greves, ou, simplesmente, se comportam cotidianamente fora do padrão estabelecido pelas usinas. A *lista negra* é parte da criação de um trabalhador padrão, o mais dócil e submisso possível.

As condições gerais apresentadas acima percorrem historicamente o trabalho nos canaviais. O setor sucroalcooleiro na contemporaneidade é tido como um setor muito moderno, devido à reestruturação produtiva, mas ele é também um setor, cujas relações de trabalho atualizam formas arcaicas e brutais de extração do valor. A perpetuação do arcaico é, aliás, uma tendência do processo de reprodução do capitalismo dependente, conforme apontou Florestan Fernandes (2006). Esta situação faz minguar cada vez mais as condições de reprodução da força de trabalho e amplia a dominação do capital sobre a vida dos trabalhadores.

De acordo com Silva (1999), a inserção dos trabalhadores oriundos do Jequitinhonha no processo de trabalho agrícola nas grandes usinas de São Paulo, criou diferenciações entre estes e os “do lugar”, ou seja, os paulistas, que também são inseridos de formas brutais no processo de trabalho.

“Os de fora”, os do Vale do Jequitinhonha, os baianos são contratados só para a safra, na sua totalidade. Estes constituem, nitidamente, o exército de reserva. Estes são “as

andorinhas migrantes”. Nem lá, nem cá. A vinda deles implica necessariamente a sua volta ao final da safra. Quanto a estes, o escritório possui normas especiais para arregimentação, seleção e vigilância nos alojamentos e pensões das cidades-dormitórios (Silva, 1999, p.142).

Esse tratamento diferenciado entre o migrante temporário e os trabalhadores paulistas, no exemplo do corte de cana no Estado de São Paulo, expõe outros elementos que reforçam a superexploração desses trabalhadores, elementos ideológicos e sociais. Ele é a expressão de um processo de transformação do camponês em boia fria/migrante, que é marcado por diferenciações étnicas, raciais e de gênero, que descaracterizam o trabalhador e imputam-lhe uma nova identidade, negativa e pejorativa. Para Silva (1999), o boia fria percebe-se e é percebido como negado, o que dificulta não apenas sua integração e socialização nos lugares onde se encontra, mas, conseqüentemente, sua organização política enquanto trabalhador, fragilizando ainda mais suas condições e possibilidades de resistência aos desmandos do capital.

A luta dos trabalhadores canavieiros pela garantia de direitos, desde a década de 1980, ocorre tanto nas regiões canavieiras quanto no Jequitinhonha. Movimentos como a histórica Greve de Guariba, já citada, e outras tantas greves, garantiram acordos de melhoria nas condições de trabalho. No Vale do Jequitinhonha, os Encontros de Migrantes acontecem desde 1984 e reuniram nos primeiros anos milhares de trabalhadores migrantes de toda a região para discutir não apenas a condição dos trabalhadores na cana, mas o próprio processo de expulsão, se organizando para pressionar socialmente por mudanças, tanto no processo precário de trabalho nos canaviais, quanto por mudanças internas na região. A Pastoral do Migrante também atua desde então no esforço de auxiliar a organização dos trabalhadores.

A movimentação dos trabalhadores e a intervenção do Estado nos fins da década de 1980 tiveram respostas positivas do ponto de vista da melhoria das condições desumanas que vivenciavam os trabalhadores. A Constituição de 1988 passou a garantir a igualdade de direitos entre os trabalhadores urbanos e rurais e impulsionou a formalização dos contratos, a eliminação do trabalho infantil, a melhoria no transporte e nos alojamentos, o fornecimento de equipamentos de proteção individual, a assistência médica, a fiscalização por sindicatos e pelo Ministério do Trabalho (GUANAIS, 2010; RAMALHO, 2014). No entanto, o movimento do capital para baratear os custos de produção, com a reestruturação produtiva, além de ser um processo que busca a inovação da logística, a inserção da mecanização, a automação de processos, etc., é também uma resposta a pressão dos trabalhadores e impulsiona a queda nos custos do *capital variável*, ou seja, com a força de trabalho viva, conforme precisou Karl Marx (2013).

Frente à formalização dos contratos cresce a seletividade dos trabalhadores, com o descarte dos muito jovens e dos mais velhos e, sobretudo, intensifica-se a superexploração da força de trabalho. De acordo com Alves (2006), Silva (2007) e Guanais (2016), o aumento da intensidade do trabalho e a extensão das jornadas – com horas extras – para aumentar a produtividade do trabalho não são acompanhados por um aumento nos rendimentos do trabalhador, ao contrário, o que se evidencia é a constante perda desses rendimentos, conforme é explicitado a seguir:

[...] o aumento da intensidade do trabalho e a extensão da jornada laboral – na medida em que contribuem para a elevação do gasto de energias vitais e para o maior desgaste dos cortadores de cana - trazem como consequência a elevação do valor da força de trabalho desses assalariados rurais. Mas, ao mesmo tempo em que os cortadores de cana brasileiros têm um aumento no valor de sua força de trabalho, é possível se afirmar que esse aumento não é acompanhado por uma elevação proporcional de seus salários. Isso faz com que esses trabalhadores rurais recebam um salário que esteja abaixo do valor de sua força de trabalho, configurando, assim, uma situação de superexploração (GUANAIS, 2016, p. 245).

Ao mesmo tempo em que

[...] o aumento da produtividade dos cortadores de cana também acaba trazendo como consequência a liberação de trabalhadores do processo produtivo, já que um número igual (ou até menor) de assalariados consegue produzir a mesma quantia (ou uma quantia superior) ao longo do mesmo período de tempo, possibilitando que as empresas diminuam seu quadro de empregados. E esse incremento do “exército de reserva” também acabará contribuindo ainda mais para o rebaixamento dos salários (seja para o nível mínimo fisiológico e social necessário à existência dos trabalhadores ou até mesmo para abaixo deste mínimo) (GUANAIS, 2016, p.250).

Para os trabalhadores migrantes temporários, o rebaixamento dos salários e a degradação física e psíquica ocasionada nesse processo têm um peso ainda maior. Primeiro porque o seu salário, além de sustentá-lo, deveria também sustentar sua família que ficou para trás, posto que, cada vez mais, a reprodução camponesa no lugar de origem fica comprometida pelos avanços do capital (GUANAIS, 2016). Segundo, porque as condições impostas pelas usinas colocam esses trabalhadores nas mais degradantes relações sociais e é exatamente por poderem, de certa forma, manipular a vidas desses sujeitos que essas empresas dão preferência à sua contratação na atualidade. De acordo com Silva (2012, p.5),

Um dado importante se reporta às razões da seleção desses trabalhadores. Algumas usinas têm adotado a estratégia de selecioná-los nos locais de origem. Assim que termina a safra, os trabalhadores são dispensados, posto que o contrato de trabalho é temporário. Para serem contratados para a safra subsequente, é necessário que voltem aos locais de origem, quando serão aceitos ou não, a partir da análise comportamental e moral feita pelos gatos (empreiteiros, intermediários) e das condições de saúde feita pelos médicos (empregados da usina). A análise feita pelos gatos inclui a não participação em greves, a assiduidade ao trabalho, a obediência às regras e disciplina impostas nos eitos dos canaviais, o não envolvimento com bebidas ou drogas [...] Outro dado importante concerne às trajetórias sociais concretas desses trabalhadores. Enquanto camponeses, foram socializados no trabalho da terra no seio da família. Assim sendo, desde crianças manuseiam enxadas, enxadões, machados e desempenham tarefas sob o sol forte, chuvas etc. Portanto, ainda que sejam analfabetos ou possuam pouca escolaridade, preenchem os requisitos exigidos pelas empresas para o desempenho do trabalho duro do corte da cana ou de outras atividades.

A passagem acima mostra que o domínio do capital sobre a vida dos trabalhadores, que devem se restringir às exigências impostas, sob o risco de não serem empregados. Esse elemento subjetivo é, a nosso ver, de extrema importância na análise das relações de superexploração dos trabalhadores migrantes temporários nos canaviais, pois tais relações se estruturam criando mecanismos que vão além da intensificação

do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e da remuneração abaixo do necessário para a reposição da sua força de trabalho. Torna-se cada vez mais imperativo o controle da subjetividade, a determinação da socialização e da mobilidade desses trabalhadores. Conforme aponta Silva (2012), a preferência por migrantes é devida a garantia da disponibilidade desses trabalhadores durante todo o período de safra (de 8 a 10 meses), pois estando longe dos locais de origem, em condições econômicas insuficientes, são politicamente mais controláveis, tem menos possibilidade de organização, e, portanto, menos mecanismos coletivos de contestação das condições de morte a que estão submetidos.

Esses mecanismos evidenciam que, na contemporaneidade, o capitalismo criou o trabalho “puro”, sem nenhuma responsabilidade social ou moral, conforme afirma Martins (2002) e é confirmado por José Paulo Netto (2012), ao dizer que se esgotaram as possibilidades civilizatórias do capitalismo. “O trabalhador é compelido a aceitar essa situação porque vai sendo reduzido à formas precárias de sobrevivência [...]. Via de regra, o trabalhador alcançado por estes mecanismos é um migrante” (MARTINS, 2002, p.137).

4. APONTAMENTOS FINAIS

No presente artigo evidenciamos a dramática relação entre a mobilidade forçada do trabalhador e a superexploração de sua força de trabalho, sob o permanente avanço do capital financeiro no campo brasileiro. Partimos da realidade concreta das transformações decorrentes do processo de acumulação do capital e seus rebatimentos sobre a terra e sobre o trabalho. As contradições que emergem desse processo denunciam a brutalidade do modo de produção capitalista e sua particular reprodução nos países dependentes como o Brasil. O desenvolvimento desigual e combinado, que neste território explicita o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (FRANK 1967) carrega nas suas entranhas a expropriação, a miséria e a violência – em suas diversas formas, as quais se acirram em decorrência da própria acumulação do capital.

Como mostramos acima, sobre determinados trabalhadores – como os migrantes temporários – a expropriação, a miséria e a violência incidem de forma mais direta e brutal. Para estes, o cerco do capital e a superexploração expõem facetas mais cruéis e marca suas vidas com situações que vão desde a violenta expropriação das terras, o abandono de suas famílias, a renda insuficiente para se reproduzirem de maneira adequada, o adoecimento, a morte por exaustão.

O desenraizamento da socialização de origem e a integração marginal nas sociedades que os recebem – devido às condições materiais, sociais e culturais que circundam suas vidas enquanto “retirantes”, “boias frias” – reforçam o atrofiamento social dos mesmos, reduzindo suas vidas à mera condição de mercadoria força de trabalho, inserida no processo produtivo sob a constante ameaça de perda do trabalho exercida pela presença da “máquina”, como salienta Martins (2002). Esse processo evidencia que o sofrimento destes trabalhadores, dentro e fora da região, está umbilicalmente ligado ao processo de expansão e dominação do capital sobre o trabalho e a terra de modo geral.

É a dinâmica da acumulação no capitalismo dependente que determina o subdesenvolvimento de regiões como o Vale do Jequitinhonha e, nas suas configurações atuais, aprofunda a questão agrária e impulsiona a migração temporária, ao mesmo tempo em que as funcionalizam a favor da própria acumulação. A apropriação da terra e dos recursos naturais pelo capital financeiro exerce uma pressão enorme sobre a reprodução dos trabalhadores. No entanto, a anulação e o esvaziamento do sentido da ocupação do território para a reprodução familiar e seus modos de vida particulares não se dão sem conflitos e sem a construção de mecanismos coletivos de resistência pelos sujeitos. O acirramento da questão agrária no Jequitinhonha e as possibilidades cada vez menores de reprodução através da migração suscitam enfrentamentos que

[...] vão desde a denúncia formal em órgãos ambientais e jurídicos, passando pela busca de entidades de parceria e publicização do caso, até confronto direto com estratégias de paralização da degradação de seus territórios [...] movimenta uma gama de atores em defesa dos seus direitos, sejam comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou camponesas que não se vêem beneficiadas por tais concepções desenvolvimentistas (ZHOURI; ZUCARELLI, 2010, P. 233).

A luta pela terra e a reivindicação da reforma agrária nasceram no Vale junto aos primeiros processos de expropriação dos posseiros ainda na década de 1970. As ocupações de terras e os conflitos delas decorrentes explicitam a omissão – ação e intenção – do Estado e a violência, perpetrada tanto pelos órgãos oficiais, quanto pelos jagunços dos grandes proprietários. De acordo com Ribeiro (2010) e Zhouri; Zucarelli, (2010), a organização da luta trabalhadora na região se apóia nas mais diversas entidades e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, sindicatos rurais, associações de artesãos e de garimpeiros, ONGs e entidades culturais.

Por fim, afirmamos que a luta destes trabalhadores precisa ser fortalecida coletivamente junto aos demais setores da classe trabalhadora, o que se constitui um desafio enorme em tempos de agravamento da crise econômica e política, a qual se soma a dominação do agronegócio sobre os processos econômicos, políticos, culturais e jurídicos do país. No atual contexto se desenrola o aprofundamento da dependência estrutural, sob a qual a classe trabalhadora brasileira, que historicamente teve a negação de direitos como realidade, vê, cada vez mais, seus mínimos direitos conquistados sendo atacados e desmantelados pelo avanço do capital sobre os recursos públicos. Desse modo, há muito que avançar nas pautas de luta pela terra e por direitos em geral, um avanço que deve ultrapassar qualquer conciliação com os interesses do capital, posto que frente à dependência estrutural somente a radicalização da luta da classe trabalhadora contra o capital pode abrir caminhos para uma sociedade livre da enorme desigualdade – econômica, social, cultural, política, étnico-racial e sexual – perpetuada pela dinâmica da acumulação de capital no país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Economia. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas - SP, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana? In: **Saúde e Sociedade**, nº3, vol.15, Set/Dez 2006, pp.90-98.

BRASIL. PTDRS: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Alto Jequitinhonha (MG)**. Colegiado Territorial/CIAT/MDA, novembro de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio005.pdf. Acesso em em 20 de julho de 2014.

_____. PTDRS: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Médio Jequitinhonha (MG)**. Colegiado Territorial/APTA/MDA – novembro 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf. Acesso em 20 de julho de 2014.

CARDOSO, Maisa G. **Estranhos no Quintal de Miguilim: A lógica do agronegócio no Vale do Jequitinhonha**. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB/PPGPS, 2015.

DELGADO, Guilherme. Uma outra visão do Agronegócio. *Jornal Unesp*. Maio de 2006, ano XX – nº 211. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/211/suplec.php>. Acesso: Jan/2016.

DELGADO, Paulo Roberto. Evolução e perfil do emprego no setor sucroalcooleiro paranaense. **Cadernos IPARDES**. Curitiba, PR, v.2, n.1, p. 44-57, jan./jun. 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRANK, André Gunder. **El Desarrollo del Subdesarrollo**. Pensamiento Crítico, nº 7. Habana, agosto de 1967.

GUANAIS, Juliana B. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira**. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas, 2016.

_____. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas – SP, 2010.

LEITE, A.C.G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2a. ed. São Paulo: Nova Cultural 1985.

MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Anuário estatístico de agroenergia 2010**. Brasília: MAPA, 2011. Segunda Edição.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. - 2 ed.- São Paulo: HUCITEC 1980.

_____. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. – 5ª ed.- Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. – 2ª ed.- Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990**. In: A questão agrária no Brasil. Vol 5. Stedile J.P.; Estevam, Douglas (org). São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MOURA, Margarida. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NETTO, J.P. Crise do capital e conseqüências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº.111, Julho/Set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002. Acesso: 03 de janeiro de 2018

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Observatório geográfico da América Latina**, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2016.

RAMALHO, C.C. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2014.

RIBEIRO, E.; GALIZONI, F. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha. In: TORRES, H. & COSTA, H. **População e meio ambiente**. São Paulo, SENAC, 2000. 351p.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Lições do Vale: narrativa de uma pesquisadora. In: NOGUEIRA, M^a das Dores P.(org). **Vale do Jequitinhonha: ocupação e trabalho**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2013.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 33, nº2, ago/dez 2006, pp. 111-141.

_____. **A nova morfologia do trabalho nos canaviais paulistas**. 36º Encontro anual da ANPOCS. GT36 - Trabalho, ação coletiva e identidades sociais. Águas de Lindóia, 2012.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. In J. R. Novaes & F. J. C. Alves (Orgs.), **Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)** (pp. 55-86). São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, João Valdir. **Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas**. In: Souza, J. V. Henriques, M.S. (org). Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

ZHOURI, Andreia; ZUCARELLI, Marcos, C. **Visões da resistência: Conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha**. In: Souza, J. V. Henriques, M.S (org). Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

Data da submissão: 26/07/2017

Data da aprovação: 11/09/2017